

BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
**Cidadania e
Direitos Humanos**



01 de julho a
30 de setembro de 2024

- 
- O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas no período.

EDITORIAL:

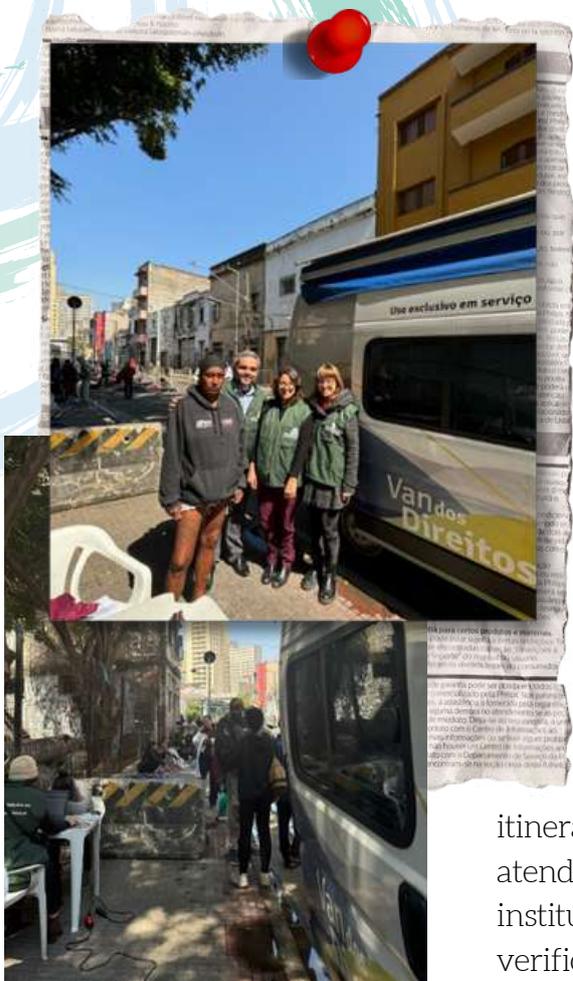
Atendimento das pessoas em situação de rua na cena de uso da Cracolândia

As cenas de uso de drogas são marcadas por uma série estigmas e disputas sobre políticas públicas de saúde e cuidado. O número de pessoas em situação de rua em território estigmatizado da Cracolândia aumentou em 44,3%, se comparado com dados de 2023*. A história da região é marcada por conflitos, intervenções sanitárias e violência institucionalizada, através de operações policiais truculentas.

O trabalho da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por intermédio Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH) busca assegurar a proteção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade que fazem uso de substâncias entorpecentes, com a finalidade de construir uma atuação conjunta que valorize a autonomia individual e a abordagem da redução de danos.

Diante desse cenário, o NECDH realiza uma série atendimentos itinerantes, contando com uma equipe multidisciplinar, permitindo o atendimento das pessoas que, na maioria das vezes, não acessa à instituição pelas suas portas de entrada tradicionais. Nesses atendimentos, verifica-se que a permanência nos gabinetes é insuficiente para assegurar um acesso à justiça mais desburocratizado e eficaz.

*Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/18/fluxo-da-cracolandia-cresce-443percent-em-um-ano-e-esta-concentrado-em-uma-unica-rua-do-centro-de-sp.html>>





EDITORIAL:

Atendimento das pessoas em situação de rua na cena de uso da Cracolândia

Assim, desde agosto de 2024, com suporte e apoio dos/as defensores/as da plenária do NECH, são realizados atendimentos semanais na cena de uso da Cracolândia. Dentre as principais demandas dos/as usuários/as, temos a consulta de processos judiciais, a orientação jurídica em processos criminais e de execução criminal, regularização de documentação pessoal e os pedidos de inclusão em políticas públicas habitacionais e assistenciais.

A presença da Defensoria Pública no território é central para compreensão das principais demandas das pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, bem como para sistematizar as principais violações de direitos humanos que afetam usuários/as de substâncias entorpecentes.

Entre os meses de agosto e setembro, foram realizados seis atendimentos itinerantes na Rua dos Gusmões, totalizando cerca de 70 atendimentos.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

12/07/2024 - participação do NCDH na audiência pública da CIDH no dia 12/07 sobre violência policial

Em 12 de julho de 2024, o NCDH participou da audiência pública, convocada pela CIDH, sobre Violência Policial. Nessa oportunidade, foram apresentadas informações sobre violações de direitos humanos praticadas durante operações policiais no Brasil, com enfoque na evidente desproporcionalidade entre o grupo de pessoas afetadas, sendo o maior contingente de vítimas a população afrodescendente, e os respectivos efeitos deste policiamento racializado. Destaca-se que, entre os anos de 2017 e 2019, 2.215 crianças morreram devido à ação policial.

Entre os principais temas abordados destacam-se o racismo institucional; a ineficiência do sistema de justiça e dos órgãos de controle na investigação e responsabilização dos policiais envolvidos e a necessidade de políticas de reparação.



[Assista aqui!](#)

13/07/2024 - Formação sobre a cartilha de abordagem policial na Comunidade do Moinho

Em 13 de julho de 2024, no Cinema da Comunidade, localizado no bairro Campos Elíseos, na capital de São Paulo, este NCDH, em parceria com o NEIJ, a EDEPE, promoveu a formação sobre a Cartilha de Abordagem Policial. A atividade consistiu em uma roda de conversa sobre os principais direitos que devem ser respeitados durante abordagens policiais, a partir da escuta da comunidade.



31/08/2024: Defensoria Pública solicita medida cautelar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para proteger familiares de vítima da Operação Escudo

Layrton de Oliveira foi morto no dia 01 de agosto de 2023, durante a Operação Escudo, nas proximidades de sua residência em Santos. Desde então, policiais militares realizaram mais de 12 incursões na residência da família sem mandado judicial, as quais foram devidamente registradas por câmeras de segurança instaladas pelos próprios moradores.

Diante do cenário de intimidação policial, em março de 2024, a Justiça paulista determinou medidas cautelares para proteger os familiares de Layrton. Entretanto, com o arquivamento do inquérito policial que investiga a morte de Layrton, as cautelares foram revogadas.

Apesar do acionamento do Provita (Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas), a família não foi incluída no programa de proteção. Diante do esgotamento de alternativas em âmbito interno, foi necessário recorrer ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos para garantir a proteção desses familiares contra a violência policial.

O caso chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, nos Estados Unidos, em 28 de agosto de 2024.

Em nota, o Ministério Público alegou que a cautelar foi remetida à Justiça Militar, para que a investigação siga na esfera competente. Já a Secretária de Segurança Pública afirmou que não foram encontradas irregularidades nas imagens divulgadas, e que as ações ocorreram durante ação ostensiva da PM



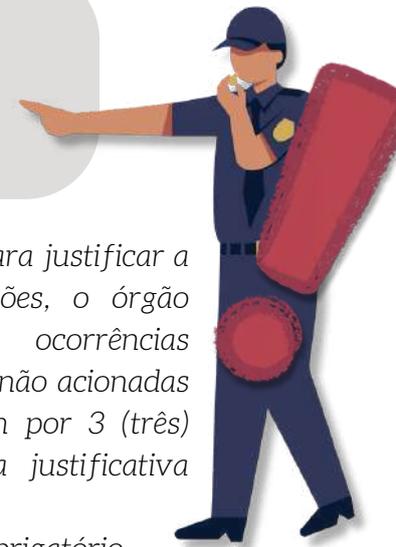
[Leia a reportagem](#)

20/09/2024: Judiciário acolhe tese institucional sobre a ilegalidade das abordagens pessoais devido à ausência de uso das câmeras corporais aprovada no XII Encontro Estadual da EDEPE (2024)

No dia 05/09/24, após atuação do colega Defensor Leonardo Biagioni, o judiciário acolheu a tese institucional aprovada no XII Encontro Estadual da EDEPE (2024), proposta pelas coordenadoras do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, a qual dispõe que "a ausência injustificada para a inoperância das câmeras operacionais portáteis (COPs) dos policiais responsáveis pela prisão ou seu uso em desacordo com os procedimentos operacionais-padrão, nos Batalhões já equipados com as COPs, torna ilegal a abordagem policial e acarreta a impossibilidade do uso de declarações testemunhais como meio de prova para supri-las". Nos âmbitos do processo criminal, o Judiciário paulista absolveu o acusado por entender que a não disponibilização das imagens prejudicou a ampla defesa e a Polícia Militar tinha o dever de manter as imagens sobre sua custódia após a abordagem policial.

Veja trecho da sentença: *"Para justificar a não localização das gravações, o órgão estatal afirmou que "as ocorrências registradas nas COP quando não acionadas voluntariamente permanecem por 3 (três) meses na plataforma". Essa justificativa não se aplica a hipótese dos autos, pois, como é sabido, é obrigatório*

o acionamento da câmera pelo policial ao iniciar uma ocorrência. Assim, os policiais militares deveriam ter acionado suas câmeras assim que iniciaram a abordagem. Demais disso, a requisição das gravações foi efetuada dentro do referido prazo. Nesse passo, por fato não atribuível ao réu ou sua defesa, restou prejudicada a produção de prova essencial para a elucidação dos fatos".



[Tese aprovada](#)

09/09/2024: Uso de câmeras corporais nas fardas de agentes de segurança é tema de debate na Câmara dos Deputados

No dia 09 de setembro, a coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, Fernanda Balera, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a relevância do uso de câmeras corporais por agentes de segurança. Nessa oportunidade, destacou a importância da tecnologia para ampliar a transparência e a responsabilização da atuação de agentes em nas ações policiais.



[Assista ao evento](#)

Adicionalmente, pontuou a necessidade de uma regulamentação clara e rigorosa em relação ao uso do equipamento e a gravação das imagens, a fim de respeitar os direitos humanos e a privacidade. Por fim, defendeu-se a ideia de que o debate sobre a eficácia dessas tecnologias deve ser contínuo, visando aprimorar sua implementação e possibilitar uma segurança mais justa e transparente.

Seminário: O uso da força nas operações policiais (15/07/2024)



Em 15 de julho de 2024, a Defensora Pública de São Paulo, e coordenadora auxiliar do NCDH, Surrailly Fernandes Youssef, participou do Seminário, promovido pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, a fim de apresentar informações importantes sobre o tema do uso da força nas Operações Policiais.

Os debates concentraram-se na importância de maior transferência as políticas de segurança pública, assim como o acesso às vítimas as políticas de memória, justiça e verdade.



[Assista ao seminário!](#)

NCDH vence Prêmio Justiça para Todas e Todos – Josephina Bacariça, promovido pela Ouvidoria-Geral da DPESP

O NCDH sagrou-se vencedor do prêmio Justiça para Todas e Todos – Josephina Bacariça 2024, promovido pela Ouvidoria-Geral da DPESP e pelo Conselho Consultivo, pela prática: Pesquisa como instrumento para atuação estratégica em Direitos Humanos: Operação Cachimbo - Relatório das Detenções em Massa realizadas na Cracolândia.

O evento de premiação ocorrerá em 09 de dezembro e as práticas premiadas serão discutidas e aprofundadas no seminário no dia 10 de dezembro.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

05/08/2024: Oficina para os novos conselheiros pop rua

No dia 05/08, a defensora-coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Fernanda Balera, e o sociólogo do mesmo núcleo, Wilherson Luís, ministraram oficina de formação aos novos conselheiros do Comitê Pop-Rua de São Paulo.

O Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua, instituído pelo Decreto nº 53.795/2013, é um órgão colegiado de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, que visa a construir, acompanhar e avaliar a política municipal para a população em situação de rua da cidade de São Paulo.



19/08/2024: Mutirão do Dia de Luta da População em Situação de Rua

O dia 19 de agosto é conhecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, em referência ao Massacre da Sé, que culminou no assassinato de 7 pessoas e na lesão corporal de 8 pessoas, as quais dormiam na região da Praça da Sé.

Após 20 anos do ocorrido, a Defensoria Pública por meio do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, realizou atendimento itinerante em conjunto com outras organizações sociais e instituições públicas. Foram realizados 82 atendimentos com as seguintes demandas: orientação jurídica sobre processos criminais, regularização de documentação, demandas de família e cíveis em geral. Nessa oportunidade, foi aplicado formulário de pesquisa para sistematização das violências que afetam essa população. Com suporte da Administração Superior, o mutirão foi replicado em outras 11 cidades (Araçatuba, Bauru, Carapicuíba, Diadema, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Limeira, Marília, Mauá, São José do Rio Preto e São José dos Campos).



Lançamento do PAR - ponto de apoio a rua

O “Pontos de Apoio da Rua”, programa idealizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, que faz parte da política voltada para a população que vive nas ruas, foi anunciado em dezembro do ano passado e visa construir locais voltados ao oferecimento de serviços públicos de cuidado e higiene pessoal para a população em situação de rua.

O primeiro convênio foi realizado em São Paulo, com a organização social Rede Rua. A oficialização ocorreu no dia 26/08, evento no qual esteve presente a Defensora-Coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Fernanda Balera. O projeto dos pontos de apoio prevê espaços acessíveis à população em situação de rua e que ofereçam serviços como lavanderia, banheiros, bebedouros e bagageiros.



POP RUA JUD Itaquera - 27 a 29 de agosto



O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, em conjunto defensores/as da Unidade Itaquera, participou da 5ª edição Pop Rua Jud Sampa, no bairro de Itaquera, na cidade de São Paulo. O mutirão organizado pelo TRF3 contou com oferta de serviços como emissão de documentos, benefícios previdenciários e assistenciais, alimentação, varal solidário, corte de cabelo, auxílio emergencial, orientações sobre direitos, atendimento a imigrantes e vaci-

nas em animais de estimação. O evento ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de agosto e está inserido nas políticas públicas judiciais promovidas pelo Comitê Regional Pop Rua Jud do Estado de São Paulo, instituído pela Resolução Conjunta nº 4/2023.



Atendimento Itinerante Centro de Acolhida - Morada São João

Em 20/09, das 14h às 18h, em parceria com o Atendimento Especializado à População em Situação de Rua Central (DAIEP) e do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor - (NUDECON), o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), realizou atendimento Itinerante no Centro de Acolhida Especial Morada São João. O Centro de Acolhida Especial para Idosos Morada São João está localizado no antigo prédio do Hotel Atlântico, na avenida São João, 1.214, região central da Cidade, e atualmente abriga 210 idosos da Capital.

Foram realizados ao total 35 atendimentos. A principal demanda trazida pelas pessoas foi relativa a empréstimos consignados, cujos descontos automáticos, em muitos casos flagrantemente decorrente de juros abusivos, impactam significativamente a aposentadoria e o BPC de muitas destas pessoas.



Projeto Mirante - Verdade Não se Cria

Em 20/09, das 14h às 18h, em parceria com o Atendimento Especializado à População em Situação de Rua Central (DAIEP) e do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor - (NUDECON), o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), realizou atendimento Itinerante no Centro de Acolhida Especial Morada São João. O Centro de Acolhida Especial para Idosos Morada São João está localizado no antigo prédio do Hotel Atlântico, na avenida São João, 1.214, região central da Cidade, e atualmente abriga 210 idosos da Capital.

Mirante é um projeto de pesquisa e extensão multidisciplinar sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Surgiu a partir de uma demanda do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDEDH/DPRJ) com a proposta de desenvolver metodologias e tecnologias inovadoras para a investigação independente de casos de violência institucional, promover a aplicação das ciências forenses no campo dos direitos humanos e contribuir com a formação de quadros especializados nessa área no Brasil. O convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo busca qualificar a atuação na assistência jurídica das vítimas de violência de estado



Saiba mais!



Atendimento Itinerante – Dique do Caxeta



Em 20/07/2024 o NCDH ofertou suporte ao atendimento itinerante organizado pela 3ª Subdefensoria Pública Geral na cidade de São Vicente, na Comunidade Dique do Caxeta. Além da Defensoria Pública estavam presentes o CIC e serviços municipais de saúde e assistência social. O Núcleo Especializado de Cidadania auxiliou nos atendimentos e aproveitou a oportunidade para realizar visita in loco na comunidade afetada pela Operação Escudo.

Ao total, foram realizados cerca de 30 atendimentos jurídicos nas áreas de família, civil e criminal.

Encontro com o Movimento Nacional de catadores e catadores da Cidade de São Paulo

Em 14/08/2024, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, representado pela defensora-coordenadora auxiliar Surrailly Fernandes Youssef e pelo colaborador Paulo Alvarenga, recebeu, em conjunto com a Administração Superior, o Movimento Nacional de catadores e catadoras da Cidade de São Paulo, representados por cooperativas, bem como catadores

autônomos, para entregar uma carta de reivindicações diante da renovação do contrato com as concessionárias responsáveis pela coleta seletiva de resíduos recicláveis no município.





Reunião no dia 29/08 com a Transparência Brasil, NEIJ, NUPIR e Ouvidoria para apresentação do relatório “Ausência de proteção de dados na contratação de tecnologias de vigilância para segurança pública”

No dia 29 de agosto de 2024, a defensora coordenadora auxiliar do NCDH Cecília Ferreira participou de reunião on-line com demais núcleos especializados, Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e a organização Transparência Brasil para discutir a ausência de proteção de dados na contratação de tecnologias de vigilância para segurança pública. Nesse âmbito, foi discutido sobre o cenário existente no Estado de São Paulo e as dificuldades presentes no uso e manipulação de dados para a contratação de tecnologias voltadas para a segurança pública local.



Sessão Informativa da Cruz Vermelha sobre desaparecimento de pessoas migrantes e refugiadas

Em 27 de agosto de 2024, o NECDH participou da Sessão Informativa de Desaparecimento de Pessoas Migrantes e Refugiadas, evento promovido pela Cruz Vermelha São Paulo, em parceria com a organização Restabelecimento de Laços Familiares. O público-alvo consistiu nas pessoas e organizações atuantes no âmbito da temática de desaparecimento de pessoas, principalmente de populações migrantes e refugiadas, no Estado de São Paulo.

O enfoque da Sessão Informativa concentrou-se na finalidade de providenciar maior visibilidade ao tema de desaparecimento, e promover debates

entre as pessoas e organizações ativas na referida temática. É necessário destacar que, anualmente, milhões de pessoas desaparecem, e perdem contato com seus familiares, devido a diversos fatores, tais como: violência, conflitos políticos e perseguições, árduas e perigosas rotas migratórias, e catástrofes naturais.



DPE-SP presta atendimento jurídico às famílias de pessoas desaparecidas na Praça da Sé

No dia 30 de agosto, a Defensoria Pública de São Paulo, por meio do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), realizou um mutirão de atendimento jurídico na Praça da Sé, no centro da capital. O mutirão aconteceu em paralelo a um ato promovido pelos familiares, em memória ao Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimento Forçado e ao Dia Estadual das Pessoas Desaparecidas.

O evento teve grande repercussão na mídia. Foram atendidos 17 familiares de vítimas de desaparecimento. As principais demandas incluíram o acesso a informações sobre investigações policiais e o ajuizamento de ações declaratórias de ausência.



[Leia mais!](#)



Oficina com familiares das vítimas da Operação Castelinho sobre a Implementação da Sentença do Caso Honorato e outros vs. Brasil da Corte Interamericana

Em 21 de setembro de 2024, o NCDH, em parceria com as pesquisadoras Carla Osório do CAAF Unifesp, Luisa Plastino - FGV, Clio Radomysler - FGV e a educadora popular e pesquisadora Luana Oliveira do CDHEP Campo

Limpo, realizou a 1ª Oficina sobre a implementação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos do Caso Honorato e outros vs. Brasil. A atividade tem como finalidade ampliar a participação das famílias no processo de implementação da sentença, em particular na formação do ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional.



Evento: Suspensão de Segurança e a Defesa de Direitos Fundamentais



26 SETEMBRO | 10H ÀS 18H
AUDITÓRIO GOFREDO DA SILVA TELLES, FACULDADE DE DIREITO DA USP - LARGO SÃO FRANCISCO, 95 - CENTRO/USP

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E A DEFESA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

REALIZADORES
CEPE (Classe de Defensoria), Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública, Grupo Estudos e Políticas Públicas e JUSTA

PROGRAMAÇÃO

- 09H30** BIAS-VINDAS E CAFÉ
- 10H** MESA DE ABERTURA
Alfonso Bonafina, Diretor de Defesa, Defensor da USP
- 10H30** PANORAMA DA UTILIZAÇÃO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA NOS ÚLTIMOS DOZ ANOS
Cristiane Dall'Aglio, Diretora Executiva da JUSTA, Membro Titular na Administração Pública e Sistema de FUP
Alexandre Borges, Advogado, Doutor em Direito Público pela USP
Wanderlei Caputo, Diretor da JUSTA, Professor das Licenciaturas de Direito de Defesa e Trabalho do Curso de Direito, Mestre em Ciências Econômicas e Doutor em Administração pela Universidade Católica de Lourenço
- 12H** A DEFESA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA
Rafael Jardim, Defensor Público Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, Mestre e Doutor em Direito pela USP
Carlos Alencar, Defensor Público do Curso de Advocacia, Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade Jurídica de Bauriá
Érika Mendes, Ex-diretora jurídica da JUSTA, Mestre e Doutoranda em Direito Humano pela USP
- 13H30** ALMOÇO
- 15H** VÍDEO REGRAS E CAPACIDADE PROLEGATÓRIA DAS DEFENSORIAS NO USO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA
Mauro Cassin, Advogado Público do Estado do Amazonas, Doutor em Direito Constitucional pela USP
Mônica de Melo, Ex-diretora jurídica do Estado de São Paulo, Professora Doutora de Direito Constitucional na FFLUP
Daniel Sacramento, Professor Titular de Direito Constitucional na USP, Coordenador do Curso de Direito Humano na USP e Advogado
- 16H30** DISCUSSÃO DE CASOS E ANTERIORAÇÃO PELA CONSOLIDAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FAVORÁVEL
Gabriel Samuca, Advogado e Diretor de Litigância de Casos de Direitos Humanos, Mestre em Direito pela FFLUP
Fernanda Praxedes Basso, Defensora Pública do Estado de São Paulo, Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

INSCRIÇÕES
Gratuito e aberto a todos
Transmissão ao vivo | YouTube Plataforma JUSTA

PARCEIROS
CEPE, JUSTA, USP, FFLUP, FFLUP, FFLUP, FFLUP

Em parceria com a organização da Sociedade Civil Justa e com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC), o NCDH realizou evento para discutir e debater o uso do dispositivo da Suspensão de Segurança, o qual onere aos presidentes dos tribunais brasileiros o poder de suspender decisões judiciais tomadas contra o poder público

O evento ocorreu no dia 06 de setembro | 09h30 às 18h, no Auditório Gofredo da Silva Telles, Faculdade de Direito da USP. O NCDH teve a oportunidade de compartilhar sua experiência em relação a Suspensão de Liminar 1696 no Supremo Tribunal Federal, a qual discute o uso das câmeras operacionais portáteis por policiais militares em operações do tipo escudo.





PARA VER, LER E OUVIR

PARA VER

Conversa sobre pessoas vítimas de desaparecimento e as consequências nefastas que acometem amigos e familiares, apresentada pela Rede Alesp em entrevista com a defensora Cecília Nascimento Ferreira do NCDH



[Assista aqui!](#)

PARA INSPIRAR

Desobediência pelo afeto - Stefania Brill

Primeira exposição dedicada à obra da fotógrafa e crítica nos últimos trinta anos. A desobediência parece ser um dos principais traços que marcaram sua vida e seu trabalho, que questiona certos critérios tradicionais de valoração da fotografia. As diversas camadas de leitura que suas fotos possuem revelam tanto um olhar esperançoso e empático como uma posição crítica, alguém que enxerga a falência da cidade moderna e que aposta no afeto como antídoto à violência estrutural, no cotidiano como espaço de resistência – inclusive em meio a contextos totalitários, como os anos de chumbo no Brasil



[Leia mais!](#)

PARA OUVIR

Não no meu quintal - Rádio Novelo

Dividido em dois atos. No primeiro: a equipe e os frequentadores do único CAPS AD de Niterói começaram a se preparar para mudar de endereço. A mudança tinha tudo para ser relativamente tranquila. Eles só não imaginavam que estavam prestes a enfrentar protestos dos novos vizinhos, abaixo-assinados, e até um projeto de lei na Câmara Municipal.

No segundo ato: No litoral do Piauí, o potencial de geração eólica tem atraído investimentos de empresas de energia. Na última década, no município de Parnaíba, a comunidade pesqueira da Pedra do Sal viu o território onde vive há gerações ser transformado com a instalação dos aerogeradores. E os impactos negativos dos parques eólicos na paisagem e no modo de vida local têm gerado reclamações de quem vive no entorno

[Ouça aqui!](#)



PARA LER

Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil

Este relatório reúne os referenciais teórico-metodológicos, as principais reflexões e os resultados da pesquisa "Vozes de Dor, da Luta e da Resistência das Mulheres/Mães de Vítimas da Violência do Estado no Brasil". Trata-se de uma pesquisa colaborativa entre pesquisadoras da Universidade de Harvard, da UNIFESP e do Movimento Independente Mães de Maio.



[Leia aqui!](#)



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Amanda Moniz de Abreu;
Amanda Pilon Barsoumian;
Antônio José Maffezoli Leite;
Cecília Nascimento Ferreira;
Caio Jesus Granduque José;
Daniela Batalha Trettel;
Davi Quintanilha Failde de Azevedo;
Fernanda Dutra Pinchiaro;
Fernanda Penteado Balera;
Gabriela Galetti Pimenta;
Marcelo Dayrell Vivas;
Mario Thiago Moreira;
Paula Albernaz Rodrigues da Cruz
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II;
Renato Campos Pinto de Vitto;
Surrailly Fernandes Youssef;
Thalita Veronica Goncalves e Silva;
Vitor Ortiz Amando de Barros.

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Lucas Távora
Maria Clara Jardine
Maria Luisa Yonezawa
Nicole Venancio Michelin

Estagiárias de Pós-Graduação

Isabela Rangel Fraga Burgo
Isabella Castro Machado

COMISSÃO DO BOLETIM

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Isabella Castro Machado
Lucas Távora
Maria Clara Jardine
Maria Luisa Yonezawa
Nicole Venancio Michelin